



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000560816

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0029653-77.2013.8.26.0071, da Comarca de Bauru, em que são apelantes/apelados RONALDO ALVES DE TOLEDO LIMA e RLC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME, são apelados/apelantes MARIELZA BOGNAR SACOMAN (JUSTIÇA GRATUITA) e JOSE CARLOS SACOMAN.

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso dos réus, deram parcial provimento ao recurso adesivo dos autores. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FORTES BARBOSA (Presidente), NETO BARBOSA FERREIRA E SILVIA ROCHA.

São Paulo, 2 de agosto de 2017.

FORTES BARBOSA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação nº 0029653-77.2013.8.26.0071

**Aptes/Apdos: Ronaldo Alves de Toledo Lima e Rlc Industria e Comercio de
Produtos Quimicos Ltda Me**
Apdos/Aptes: Marielza Bognar Sacoman e Jose Carlos Sacoman
Comarca: Bauru

Voto 12835

EMENTA

Acidente de veículo – Morte da vítima - Responsabilidade solidária dos réus – Condução do veículo sob a influência de álcool – Danos materiais parcialmente reconhecidos – Despesas com funeral da vítima – Dever de reembolso reconhecido – Pensionamento vitalício aos autores – Presunção de contribuição ao sustento nas famílias de baixa renda – Reconhecimento que se impõe – Danos morais – Manutenção do “*quantum*” – Fixação condizente com a intensidade do sofrimento e capacidade econômica das partes – Recurso dos réus desprovido, acolhido parcialmente o adesivo dos autores.

Cui da-se de recursos de apelação interpostos contra sentença proferida pelo r. Juízo de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Bauru, que julgou parcialmente procedente ação indenizatória, para condenar os réus, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais, para cada um dos coautores, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), com correção monetária e juros de mora legais desde o arbitramento. Foi reconhecida a sucumbência recíproca, determinando-se o rateio de custas e despesas processuais, arcando cada

parte com os honorários de seu respectivo patrono, ressalvado o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50 (correspondente ao artigo 98, §3º do CPC de 2015) (fls. 411/421).

Todas as partes recorrem, almejando a reforma da sentença.

Os réus, em síntese, sustentam a ocorrência de culpa exclusiva da vítima, pela alegada invasão da pista contrária. Aduzem, subsidiariamente, a existência de culpa concorrente, diante da manobra realizada pela vítima, que teria contribuído para o acidente. Sustentam a inexistência de prova de embriaguez do corréu Ronaldo. Pretendem a inversão do julgado com o decreto de improcedência da ação. Requerem, subsidiariamente, a redução do “quantum” indenizatório (fls. 424/447).

Os autores interpuseram recurso adesivo, por meio do qual pretendem o reconhecimento dos danos materiais afastados na sentença. Sustentam que os recibos objeto do pedido de ressarcimento estão em nomes de terceiros (familiares da vítima), porquanto não tinham condições psicológicas para tratar do sepultamento da própria filha. Reafirmam que a falecida contribuíra para seu sustento, pois são pessoas humildes, razão pela qual pleiteiam o reconhecimento do direito à pensão mensal,

propondo o valor equivalente a 1/3 (um terço) dos rendimentos da vítima, ou o montante equivalente a um salário mínimo mensal. Por fim, pretendem o reconhecimento da sucumbência exclusiva dos réus (fls. 458/461).

Em contrarrazões, os apelados pedem reciprocamente o desproimento dos apelos adversos (fls. 453/457 e 464/471), arguindo os autores, preliminarmente, a deserção do apelo dos réus.

Foi determinado o recolhimento em dobro das custas do preparo recursal pelos réus, sob pena de deserção (fls. 475/476).

Os réus comprovaram o recolhimento determinado (fls. 479/498).

É o relatório.

Os autores, na petição inicial da presente demanda, noticiam que sua filha, Kelly Cristina Bognar Sacoman, com 32 (trinta e dois) anos de idade à época, faleceu em 10 de junho de 2013, em decorrência de acidente de trânsito sofrido na Rodovia SP 215, na altura do quilômetro 178. Aduzem que ela trafegava com seu automóvel no sentido de São Carlos para Ribeirão Bonito, quando o réu Ronaldo, conduzindo veículo de propriedade da empresa corré, invadiu a pista contrária e causou uma colisão frontal. Afirmam

que o réu se evadiu do local sem prestar socorro e dirigia embriagado, tendo confessado o fato a terceiros, assumindo a responsabilidade pelo ocorrido antes de se retirar do local. Informam que a vítima era pedagoga e trabalhava como professora substituta junto ao Governo do Estado de São Paulo, mas tinha sido recentemente aprovada em concurso público para o cargo de professora no Município de Cabrália Paulista. Narram que na data dos fatos, a falecida tinha ido para São Carlos, com o fim de promover a retirada do diploma de conclusão do curso de Mestrado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Finalizam, requerendo a condenação dos réus, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais, que estimam no importe equivalente a 400 (quatrocentos) salários mínimos, bem como ao ressarcimento dos danos materiais sofridos, além do reconhecimento do dever de pagamento de pensão mensal vitalícia no montante equivalente a 1/3 (um terço) dos rendimentos da falecida. Requerem, ainda, a título de antecipação de tutela, o bloqueio de bens imóveis e veículos em nome dos réus, para responderem por condenação futura (fls.01/18).

Citados, os réus apresentaram contestação, na qual negam a embriaguez do corréu Ronaldo, bem como a alegação de que ele se evadiu do local sem prestar socorro à filha dos autores.

Sustentam que o réu foi “fechado” por outro veículo, razão pela qual ocorreu o acidente. Impugnam a pretensão indenizatória e apontam a inexistência de prova de dependência econômica dos autores em relação à filha falecida. Requerem a improcedência (fls. 100/121).

Os autores apresentaram réplica (fls. 157/159).

Foi indeferida a antecipação de tutela e determinada a especificação de provas pelas partes (fls. 166).

Os autores interpuseram agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu a antecipação de tutela, o qual foi parcialmente provido, determinando-se a efetivação do bloqueio de bens dos réus (fls. 193/195).

Foi realizada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que o corréu Ronaldo prestou depoimento e foi ouvida a testemunha arrolada pelos autores (fls. 263/268).

Os réus apresentaram parecer elaborado sobre a dinâmica do acidente por assistente técnico contratado (fls. 293/311).

Os autores impugnam o parecer apresentado (fls. 317/318).

Foram ouvidas as testemunhas arroladas

pelas partes por carta precatória (fls. 328 e 361).

As partes apresentaram alegações finais por memoriais (fls. 368/371 e 373/397).

A ação foi julgada parcialmente procedente e ambas as partes recorrem pretendendo a reforma, mas apenas o recurso dos autores merece prosperar.

De início, tendo em vista o recolhimento das custas de preparo recursal pelos réus, afasta-se a preliminar de deserção de seu apelo, arguida pelos autores em contrarrazões.

O acidente é incontroverso, limitando-se a devolutividade à análise das provas encartadas, bem como à responsabilização que se pretendeu imputar aos réus.

Na hipótese em tela, a prova produzida aponta para o reconhecimento da culpa do motorista demandado pelo acidente, pois o veículo que conduzia invadiu a pista contrária e colidiu com o veículo em que estava a filha dos autores, consoante restou relatado no Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Rodoviário pelos policiais que atenderam a ocorrência (fls. 30/32), verbis:

"01. EM 10 DE JUNHO DE 2013 FOMOS

ACIONADOS A ATENDER UMA OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NA RODOVIA SP 215 (PROFESSOR LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA, QUILOMETRO 178,800). NA CHEGADA FOI CONSTATADO OS VEÍCULOS 01 E 02 ACIDENTADOS, SENDO QUE O CONDUTOR 01 EVADIU-SE DO LOCAL, A CONDUTORA 02 ENCONTRAVA-SE PELO LOCAL SENDO VÍTIMA FATAL E A PASSAGEIRA 01 (DO VEÍCULO 02) JÁ HAVIA SIDO SOCORRIDA PARA O PRONTO SOCORRO DE RIBEIRÃO BONITO. APARENTAVA O VEÍCULO 01 ESTAR TRANSITANDO NO SENTIDO RIBEIRÃO BONITO A SÃO CARLOS QUANDO NO QUILOMETRO CITADO O MESMO INVADIU A FAIXA CONTRÁRIA VINDO A COLIDIR NO VEÍCULO 02.

02. NÃO HOUE ALEGAÇÃO DO CONDUTOR 01 DEVIDO O MESMO TER EVADIDO DO LOCAL.

(...) ALEGOU A PASSAGEIRA DO VEÍCULO 02 QUE TRANSITAVAM NO SENTIDO SÃO CARLOS À RIBEIRÃO BONITO COM OS FARÓIS ACIONADOS QUANDO NO QUILOMETRO CITADO O VEÍCULO 01 INVADIU SUA FAIXA (FAIXA CONTRÁRIA) VINDO A COLIDIR NO SEU VEÍCULO.

05. A TESTEMUNHA 01 LAILA (TÉCNICA DE ENFERMAGEM) DESLOCOU ATÉ O LOCAL DOS FATOS PARA REALIZAR O SOCORRO DAS VÍTIMAS E PRESENCIOU OS VEÍCULOS ACIDENTADOS E OS CONDUTORES E A PASSAGEIRA, INCLUSIVE O CONDUTOR 01 QUE ENCONTRAVA-SE AINDA PELO

LOCAL E APRESENTAVA SINAIS NOTÓRIOS DE EMBRIAGUEZ (ANDAR CAMBALIANTE E EXCITAÇÃO). ALEGOU TAMBÉM QUE CONHECE O CONDUTOR 01, PELO NOME DE RONALDO E QUE O MESMO FOI RETIRADO DO LOCAL POR POPULARES QUE ENCONTRAVAM-SE NO LOCAL DO FATOS. SENDO SOCORRIDA SOMENTE A PASSAGEIRA DO VEÍCULO 02.

06. A TESTEMUNHA 02 Nanci (AUXILIAR DE ENFERMAGEM) DESLOCOU ATÉ O LOCAL DO FATOS PARA REALIZAR O SOCORRO DAS VÍTIMAS E PRESENCIOU OS VEÍCULOS ACIDENTADOS E OS CONDUTORES E A PASSAGEIRA, INCLUSIVE O CONDUTOR 01 QUE ENCONTRAVA-SE AINDA PELO LOCAL E APRESENTAVA SINAIS NOTÓRIOS DE EMBRIAGUEZ (ANDAR CAMBALIANTE E EXCITAÇÃO).

(...)

07. A TESTEMUNHA 03 ELENITA DEL RIO (MÉDICA) DESLOCOU ATÉ O LOCAL DO FATOS PARA REALIZAR O SOCORRO DAS VÍTIMAS E PRESENCIOU OS VEÍCULOS ACIDENTADOS E OS CONDUTORES E A PASSAGEIRA, INCLUSIVE O CONDUTOR 01 QUE ENCONTRAVA-SE AINDA PELO LOCAL E APRESENTAVA SINAIS NOTÓRIOS DE EMBRIAGUEZ (ANDAR CAMBALIANTE E EXCITAÇÃO). (...) (sic). "

No mesmo sentido, a conclusão do Laudo Pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística no dia do sinistro (fls. 172/176), que concluiu:

“V. CONSIDERAÇÕES

Da dinâmica do acidente. Com base nas respectivas posições finais dos veículos, nos danos e vestígios observados propõem os peritos a seguinte dinâmica do acidente. Trafegava a caminhonete Ford F-250 pela Rodovia SP 215, no sentido Dourado-São Carlos quando, nas proximidades do marco quilométrico 178,8, por motivos escapes ao levantamento técnico-pericial, derivou a sua esquerda, sendo que seu condutor, em certo momento, imprimiu frenagem, do que resultou impressão de vestígio sobre o leito da faixa de rolagem no sentido oposto. Por essa faixa (ou seja, de sentido regulamentar São Carlos-Dourado) trafegava o Ford Focus, o qual, por motivos escapes ao levantamento pericial. Iniciou processo de derrapagem, derivando para a faixa de rolagem central e retornando à faixa externa, vindo a sofrer embate da porção esquerda da dianteira da F-250 (e do terço anterior do flanco esquerdo) contra a extremidade

esquerda de sua dianteira e seu flanco esquerdo. Após o embate, a caminhonete galgou em direção ao recuo do acostamento da faixa oposta, vindo a se imobilizar junto a um barranco. O Ford Focus imobilizou-se sobre o acostamento em posição transversal. (...)."

Outrossim, não bastassem as provas já referidas, que denotam a responsabilidade do motorista réu pelo acidente, estabelecida pela circunstância de ter invadido com seu veículo a pista de rolamento contrária, causando a colisão, ainda que, infelizmente sem sucesso, a vítima tenha tentado evitar o abalroamento, a prova oral produzida, indubitavelmente, corrobora a culpa do réu já demonstrada.

Neste sentido, por oportuno, transcreve-se o respectivo trecho da sentença que faz menção à prova oral produzida, adotando-o como razões de decidir, "verbi s":

"A testemunha Nanci Aparecida Montanha Barbosa, ouvida por carta precatória, afirmou que, conforme a dinâmica do acidente, o réu invadiu a pista contrária e atingiu o veículo conduzido por Kelly. Disse que conversou com Ronaldo no local dos fatos, e ele não estava em um estado

'normal', exalando odor etílico (fls. 331/332).

A testemunha Laila Raquel de Paiva Batistini trabalhou no socorro das vítimas no sítio da colisão, e informou que Ronaldo estava no local quando o atendimento médico chegou, mas depois foi embora. Não pôde confirmar se ele estava embriagado, mas o réu a abraçou, disse que havia matado a vítima, que era um assassino e que rezaria por ela pelo resto de sua vida. Afirmou, ainda, que havia bebido, e aparentava nervosismo (fls. 363).

Foram juntados aos autos, ainda, os depoimentos das testemunhas ouvidas no processo criminal nº 0001936-70.2013.8.26.0498, da Comarca de Ribeirão Bonito (fls. 356). Observo que os réus não impugnaram a prova emprestada, que foi produzida sob o crivo do contraditório.

A testemunha Josimar Costa Neto viu o réu no bar de um posto, visivelmente embriagado, no começo da noite de 10 de junho de 2013, por volta de 19h30. A testemunha Paulo Sérgio Picagli, por

sua vez, possui uma lanchonete, e confirmou que, no dia dos fatos, no final da tarde, o réu compareceu em seu estabelecimento, que fica na saída de Ribeirão Bonito, e pediu uma lata de cerveja e um espetinho de frango. A testemunha se ausentou por um breve período e, quando retornou, o réu pediu mais uma lata de cerveja e foi embora. Não viu se ele estava dirigindo.

A testemunha Ronaldo Sérgio de Mello se recorda que voltava do trabalho e avistou um caminhão no sentido oposto da rodovia. Percebeu peças de veículo no asfalto, e se deparou com o carro em que estava a mola falecida. O réu estava preso dentro da caminhonete, mas conseguiu destravar a porta e sair. Ele estava confuso, com fala desconexa, cambaleando. Foi até a vítima, e perguntou se era ele quem havia feito aquilo com ela. Os sintomas do réu eram de alguém sob efeito de drogas ou embriagado, pois estava visivelmente alterado. Ronaldo não aparentava qualquer ferimento, estava se movimentando normalmente.

A testemunha protegida se recorda que

o réu estava visivelmente embriagado, cheirando a álcool. Socorreu as vítimas no local do acidente, e se preocupou em sinalizar a via para evitar que outro ocorresse. Ronaldo estava 'trançando as pernas', e o interior do veículo exalava odor etílico.

A testemunha Lillian Marcela Gaiotto de Moraes afirmou que estava voltando de São Carlos com destino a Bauru, e Kelly conduzia o veículo. Ela estava acostumada com a pista, pois havia feito mestrado em São Carlos. Recordase que Kelly gritou, avistou uma luz forte vindo em sua direção, e ocorreu a colisão. Estavam na velocidade correta, e foi a caminhonete que invadiu sua pista. Permaneceu consciente, mas somente viu o outro veículo quando já estava na ambulância. Não acredita que o réu tenha auxiliado no socorro, porque não o viu enquanto pedia ajuda, nem teve contato com ele. Sofreu algumas lesões leves e hematomas. As pessoas que auxiliaram no socorro afirmaram que Ronaldo estava visivelmente embriagado. Não viu qualquer outro

veículo além da caminhonete no sentido contrário. ”

Assim, ao contrário do alegado no apelo dos réus, da prova oral produzida exsurge suficientemente demonstrada a circunstância de que o motorista réu dirigia sob efeito de álcool e causou o acidente, complementando a prova documental produzida e já mencionada, consubstanciada pelo boletim de ocorrência e, ainda, o laudo pericial elaborado pela Superintendência da Polícia Técnico-Científica.

Destarte, diante do contexto probatório produzido, a versão trazida pelos réus no apelo, de culpa exclusiva da própria vítima, ou mesmo de sua culpa concorrente, no sentido de que Ronaldo teria tentado desviar do veículo da filha dos autores, não pode prevalecer, porquanto isolada nos autos, como bem ressaltado na sentença, inclusive porque amparada apenas no laudo pericial produzido unilateralmente pelo assistente técnico contratado pelos demandados.

Na espécie, portanto, está cabalmente configurada a responsabilidade civil dos réus pelo ato ilícito anunciado na petição inicial.

Há, ademais, em andamento, cabendo apenas o registro, observada a presunção de inocência, ação penal (Processo nº 0001936-70.2013.8.26.0498) decorrente dos fatos,

no qual o corréu Ronaldo foi pronunciado por homicídio qualificado, aguardando-se julgamento de recurso em sentido estrito interposto contra a referida sentença.

Desta feita, há enquadramento do caso concreto nos artigos 186 e 927, "caput", do Código Civil de 2002, restando plenamente caracterizado o dever de indenizar dos réus, em solidariedade passiva.

Ultrapassada a análise da responsabilidade dos réus, comportam apreciação os pedidos de reforma do julgado, no tocante aos danos materiais e morais.

Quanto aos danos morais reconhecidos na sentença, observada a devolutividade e a inexistência de recurso dos autores, apenas merece enfrentamento a pretensão de redução do "quantum" apresentada pelos réus.

De início, em relação à reparação extrapatrimonial, desnecessário dizer que a morte de filho consiste em evento passível de indenização, posto que a dor, a angústia, a aflição física ou espiritual impostas é inimaginável, provocando até mesmo a inversão da ordem natural da vida e fazendo com que os pais tenham que enterrar o próprio filho.

Nesse sentido, o ato ilícito está

caracterizado e o dano moral decorrente remete à necessidade de manutenção do deferimento da pretensão dos autores.

Com relação ao valor a ser arbitrado a título de indenização por danos morais, há que se levar em conta o princípio da proporcionalidade, bem como as condições das partes litigantes.

Além disso, é necessário observar a reprovabilidade da conduta ilícita praticada e, por fim, que o ressarcimento do dano não pode ser transformado em fonte de ganho desmensurado.

Nesse sentido, Sérgio Cavalieri Filho discorre sobre este tema, afirmando que:

“Creio que na fixação do 'quantum debeatur' da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante e dano moral, deve o juiz ter em mente o princípio de que o dano não pode ser fonte de lucro. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano.

Creio, também, que este é outro ponto onde o princípio da lógica do razoável deve ser a bússola norteadora do

julgador. Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e consequências, de modo a aferir a lógica da decisão. Para que a decisão seja razoável é necessário que a conclusão nela estabelecida seja adequada aos motivos que a determinaram; que os meios escolhidos sejam compatíveis com os fins visados; que a sanção seja proporcional ao dano. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes" (Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Ed., Malheiros Editores, São Paulo, 2005, p. 115-6).

Assim, a indenização deve ter um caráter preventivo, com a finalidade de evitar a

reprodução da conduta danosa, somando-se um caráter sancionatório, visando a reparação pelo dano sofrido.

Destarte, os autores, em virtude da dor que o ocorrido lhes proporcionou, devem ser ressarcidos, tendo sido privados prematuramente da convivência com sua filha, que contava com apenas 32 (trinta e dois) anos de idade quando de sua morte.

Nesse sentido, tendo em conta a extensão do prejuízo e a natureza da conduta analisada, o “quantum” de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), fixado na origem, se mostra adequado e suficiente para a correta repressão do ilícito praticado e para prevenir situações futuras, não criando uma situação de enriquecimento dos autores, bem como sopesada a capacidade econômica dos réus.

Observa-se que a correção monetária incide a partir do arbitramento, ou seja, da data sentença (Súmula 362 do E. Superior Tribunal de Justiça), sendo devidos juros moratórios a partir da mesma data, conforme determinado na sentença, tendo em vista a ausência de recurso dos autores a permitir a sua incidência desde o evento danoso (Súmula 54 do E. Superior Tribunal de Justiça).

Quanto aos danos materiais, não acolhidos na sentença, cumpre analisar o recurso adesivo

dos autores, que objetiva o respectivo reconhecimento.

No que toca às despesas com funeral, o próprio Código Civil de 2002, no inciso I de seu artigo 948, contempla a responsabilidade específica de ressarcimento pelo autor do homicídio.

Na espécie, os documentos acostados aos autos (fls. 66/69) comprovam as despesas para o funeral da vítima, no montante de R\$ 3.267,69 (três mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

Assim, ainda que a mencionada prova documental não esteja em nome dos autores, inclusive justificadamente, tratando-se de pessoas idosas, que certamente contaram com a ajuda de familiares para as providências inerentes ao sepultamento, até mesmo pela falta de condições psicológicas, é certo que arcaram com as despesas e deverão, portanto, ser reembolsados pelos réus, com correção monetária e juros de mora, a partir de cada desembolso.

Por sua vez, bem afastada a pretendida indenização do valor referente ao veículo destruído na colisão, bem como as despesas com guincho, porquanto ausente legitimidade dos autores para deduzir os respectivos pedidos, considerando-se que o bem pertencia à falecida,

razão pela qual apenas seu espólio é o legítimo para formular tal pretensão em Juízo.

Resta, ao final, o necessário enfrentamento da questão inerente à pensão mensal vitalícia pleiteada pelos autores, motivada pela dependência econômica mantida em relação à falecida filha.

Na espécie, respeitado entendimento diverso, o fato de a falecida filha residir em endereço diverso dos pais, não afasta a dependência econômica destes, nem a contribuição apontada, que é presumida nas famílias de baixa renda.

Neste sentido, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, consoante a ementa abaixo reproduzida:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO COM MORTE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS PROPOSTA PELOS PAIS DA VÍTIMA. RECURSO ESPECIAL DOS AUTORES. 1. MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. POSSIBILIDADE. 2. PENSIONAMENTO. TERMO FINAL. 3. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. RECURSO ESPECIAL DO RÉU. 4. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS CRIMINAL E CIVIL. 5. PROVIMENTO DO RECURSO DOS AUTORES.

1. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes do falecimento de filho dos autores, vítima de acidente de trânsito causado por culpa do réu, caso em que a condenação por danos morais deve ser majorada, observando-se os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2. Segundo a jurisprudência deste Tribunal, é devido o pensionamento aos pais, pela morte de filho, nos casos de família de baixa renda, equivalente a 2/3 do salário mínimo ou do valor de sua remuneração, desde os 14 até os 25 anos de idade e, a partir daí, reduzido para 1/3 até a data correspondente à expectativa média de vida da vítima, segundo tabela do IBGE na data do óbito ou até o falecimento dos beneficiários, o que ocorrer primeiro. No caso, tendo os recorrentes formulado pedido para que o valor seja pago até a data em que o filho completaria 65 (sessenta e cinco) anos, o recurso deve ser provido nesta extensão, sob pena de julgamento ultra petita.

3. Na hipótese de responsabilidade extracontratual, os juros de mora são devidos desde a data do evento danoso (óbito), nos termos da Súmula 54 deste Tribunal.

4. Consoante a jurisprudência desta Corte, a absolvição no juízo criminal,

diante da relativa independência entre as instâncias cível e criminal, apenas vincula o juízo cível quando for reconhecida a inexistência do fato ou ficar demonstrado que o demandado não foi seu autor.

5. Recurso especial dos autores provido e improvido o do réu." (REsp 1421460/PR, REl. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª T., j. 18/06/2015).

Considerando, então, que a vítima exercia atividade laborativa e que lhe fornecia remuneração, descontada a parte destinada à sobrevivência própria, a pensão devida aos autores é fixada 1/3 (um terço) dos rendimentos da falecida na época do acidente, incluindo 13º salário, sendo devida desde a data do acidente até aquela em que sua filha completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade, considerado o pedido inicial, ou do falecimento dos autores, ressalvado o direito de crescer.

Por corolário, diante da sucumbência recíproca e considerado o disposto no artigo 21 do CPC (correspondente ao artigo 86 do CPC de 2015), determina-se sejam as custas processuais e a verba honorária advocatícia repartidas proporcionalmente, arcando os réus com oito décimos dos valores totais desembolsados a título de custas e despesas, bem como do total de quinze



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

por cento do valor da condenação relativa à indenização deferida, correspondentes aos honorários de advogado arbitrados, e arcando os autores com os restantes dois décimos, com a ressalva, em relação aos autores (fls. 84), do artigo 12 da Lei 1.060/50 (correspondente ao artigo 98, §3º do CPC de 2015)

Nega-se, por isso, provimento ao recurso dos réus, acolhido, em parte, o adesivo dos autores.

Fortes Barbosa
Relator